

‘Conta pra Mim’: usos e abusos nas adaptações literárias para o público infantil¹

‘Conta pra Mim’: uses and abuses of the appeal of literary adaptations for children's audience

‘Conta pra Mim’: usos y abusos del atractivo de las adaptaciones literarias para el público infantil

Adriana Cícera Amaral Fancio²

Luzmara Curcino³

Resumo: Neste trabalho, buscamos depreender representações da leitura e do leitor compartilhadas pelos responsáveis do programa “Conta pra Mim” (BRASIL, 2020) inscritas em adaptações literárias fornecidas pelo programa para o público infantil de camada popular. A partir de princípios da Análise do Discurso e da História Cultural da leitura, analisamos a adaptação do conto ‘João e Maria’ de Rosana Mont’Alvernee, publicada em 2020 para o acervo do programa. Comparamos esta adaptação com a versão deste conto de autoria dos Irmãos Grimm, traduzida e publicada pela Editora Cosac & Naify em 2012. Constatamos supressões do enredo, alterações na narrativa, escolhas linguísticas e imagéticas que demonstram um excesso de didatização na linguagem e que atuam na edulcoração da narrativa, reforçando uma visão miserabilista acerca do público-alvo.

Palavras-chave: Leitor infantil; Programa ‘Conta pra Mim’; Adaptação de contos de fadas.

Abstract: In this work, we seek to decipher representations of reading and the reader shared by those responsible for the "Conta pra Mim" program (BRASIL, 2020) inscribed in literary adaptations provided by the program for children. Using the principles of Discourse Analysis and the Cultural History of Reading, we analyzed the adaptation of the short story 'João e Maria' by Rosana Mont'Alvernee, published in 2020 for the program's collection. We compared this adaptation with the version of the tale by the Brothers Grimm, translated and published by Cosac & Naify in 2012. We found deletions of the plot, changes to the narrative, linguistic and imagery choices indicating an excess of didactic language and sweetening of the narrative, and a miserabilist view of the target audience.

Keywords: Reading; Program ‘Conta pra mim’; Adaptation of fairy tales.

Resumen: En este trabajo, buscamos descifrar las representaciones de la lectura y del lector compartidas por los responsables del programa "Conta pra Mim"(BRASIL, 2020) inscritas en adaptaciones literarias proporcionadas por el programa para niños. Utilizando los principios del Análisis del Discurso y de la Historia Cultural de la Lectura, analizamos la adaptación del cuento "João e Maria", de Rosana Mont'Alvernee, publicada en 2020 para la colección del programa. Comparamos esta adaptación con la versión del cuento de los Hermanos Grimm, traducida y publicada por Cosac & Naify en 2012. Encontramos supresiones de la trama, elecciones lingüísticas y de imagería que indican un exceso de lenguaje didáctico y edulcoración de la narración, y una visión miserabilista del público al que va dirigido.

Palabras clave: Lectura; Programa ‘Conta pra Mim’; Adaptación de cuentos de hadas.

¹ Este trabalho é um recorte da pesquisa de doutorado em andamento, intitulada “De novo a mesma história...discursos sobre a leitura e os leitores no programa “Conta pra Mim” (BRASIL, 2020)”, realizada no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos. O trabalho faz parte da pesquisa coletiva do LIRE, com apoio da bolsa produtividade do CNPq (305682/2022-9) e da FAPESP (2020/03615-0), instituições a que agradecemos.

² Universidade Federal de São Carlos.

³ Universidade Federal de São Carlos

Quando o “novo” já nasce antigo: “Conta pra mim”

Em 2020, entre as primeiras ações da extrema-direita à frente da presidência do Brasil fomos brindados com o lançamento de um programa, “Conta pra Mim” (BRASIL, 2020), de incentivo à “literacia familiar” destinado, tal como anunciado ao atendimento das “famílias brasileiras” em especial daquelas em condições “de vulnerabilidade socioeconômica” (BRASIL, 2020, p.181).

Esse programa, além de todo o material de divulgação produzido, também investiu na aquisição de adaptações literárias destinadas ao público infantil das camadas populares. Essas adaptações foram encomendadas especialmente pelo programa, apesar de dispormos de uma série de adaptações, entre elas algumas muito bem-sucedidas e premiadas. Nossa análise recai especificamente neste material do programa: as adaptações de contos fantásticos. Nosso objetivo é depreender, das escolhas e estratégias de adaptação empregadas, que representações da leitura e do leitor compartilhadas pelos idealizadores do programa e pelos agentes da adaptação encontram-se ali inscritas.

Entre os textos clássicos adaptados, compõe o acervo do programa a adaptação do conto ‘João e Maria’, publicada em 2020, cuja adaptadora responsável é Rosana Mont’Alvernee (2020). Em sua análise, baseamo-nos em princípios da Análise do Discurso, da História Cultural da leitura, bem como em reflexões da Sociologia Cultural, a partir da comparação desta adaptação com a versão deste conto de autoria dos Irmãos Grimm, traduzida e publicada pela Editora Cosac & Naify em 2012.

Tomando como parâmetro uma versão de qualidade estética reconhecida, com soluções tradutórias e de adaptação profissionais, a comparação nos permite observar o que da versão adotada pelo “Conta pra mim” foi suprimido do enredo, que alterações sofreu a narrativa, que escolhas linguísticas e imagéticas foram adotadas em um excesso de didatismo na linguagem e de edulcoração da narrativa. Esse resultado não diz respeito apenas à oferta de uma versão higienizada, moralizada, empobrecida de uma narrativa tradicional, mas também ao reforço de uma visão miserabilista acerca do público-alvo e, com ela, uma ação governamental de viés tutelar e populista.

Depois de apresentarmos algumas características do “Conta pra Mim”, descrevemos o conto, em um breve resumo de sua história de adaptações acrescida de informações sobre a presente adaptação de que nos ocupamos de sua análise, na sequência, priorizando a reflexão sobre as linguagens empregadas e o papel das imagens, sobre as partes suprimidas e aquelas

acrescidas do enredo tradicional, enfim, sobre o léxico e o padrão sintático adotados, segundo a lógica da facilitação.

Preconceitos e equívocos do “Conta pra mim”

Não se economizou, à época do lançamento desse programa, com publicidades e materiais. Uma das qualidades enfatizada nessas publicidades, e com uma insistência que dificilmente passaria despercebida, era sua alegada perspectiva “técnica” e “científica”. Nada mais fantasioso, a não ser os próprios contos maravilhosos disponibilizados como material para leitura pelo programa.

A reiteração dessa ancoragem científica é reveladora de uma estratégia discursiva relativamente simples: para se afastar da pecha de amadorismo e de ausência de projeto, buscou-se enfatizar sua qualidade “técnica” e “científica”. Além disso, essa aparência visava reforçar a imagem de que, por oposição, seus adversários políticos, ao contrário, seriam “ideológicos”, logo, não técnicos nem científicos.

Nada [...] no programa “Conta pra mim” foge às linhas de força ideológicas da política [daquele] governo [como] seu estilo declarativo, segundo o qual se reitera seu caráter não ideológico, em benefício do alegado caráter técnico que nortearia suas decisões, [como se não fossem ideológicas] toda e qualquer posição e decisão política (CURCINO; AMARAL FANCIO, 2021, p. 26).

Essa qualidade advogada pelo programa antecipava e buscava uma blindagem das críticas que certamente lhe seriam dirigidas pela comunidade científica brasileira, diante do amadorismo de suas proposições. Entre as críticas, discutiu-se a importação simplista de aparentes “soluções”, de medidas maquiadas como “solução” ao se adotar conceitos norte-americanos para construção de um programa de promoção da leitura e da escrita, inspirado em um “faça você mesmo educacional”, próprio do *homeschooling*, e na adoção de um conceito importado, o de *literacy*, que não apenas traz algumas novidade relevante, como também se impõe a uma tradição nos estudos brasileiros que há muito adotou o termo “letramento” para designar práticas equivalentes ao do “novo” conceito.

Para validar ‘tecnicamente’ a política educacional priorizada por este governo, se ignorou a produção científica [...] de pesquisadores brasileiros que há décadas se dedicam aos estudos sobre a alfabetização e sobre o ensino e fomento da leitura no Brasil, considerando nossa realidade social, e se adotou uma terminologia técnica importada, da qual é um exemplo flagrante o

emprego do termo ‘literacia’, derivado do inglês ‘literacy’, para a designação conceitual de práticas já identificadas, descritas e estudadas no Brasil, e sobre as quais dispomos de uma ampla bibliografia qualificada, sob a designação ‘letramento’ (CURCINO; AMARAL FANCIO, 2021, p. 26-27).

Portanto, este programa “importou” reflexões, conceitos e soluções à moda norte-americana para o fomento da leitura em nossas paragens tupiniquins. Essa “importação”, tal como foi feita, revela não apenas uma subserviência voluntária aos EUA, traço que caracterizou em diversos aspectos a gestão da extrema-direita na presidência, como também sua postura de recusa da produção de reconhecidos intelectuais brasileiros especializados no tema e de toda uma larga tradição de estudos, de reflexões e de ações bem-sucedidas que se traduziram em conquistas importantes neste campo da promoção da alfabetização e da leitura nas últimas décadas no país⁴.

O “Conta pra mim” apresentou-se como um novo programa. Por seus vícios de origem, nasceu fadado ao fracasso com poucos resultados, como vários outros programas antes dele, seja por seu amadorismo seja pelas razões estratégicas que o motivam. Partindo de constatações inegáveis porque mensuráveis, como os baixos índices de desempenho obtidos no país em exames internacionais que avaliam comparativamente competências de leitura e escrita de nossas crianças e jovens, ou como os dramáticos índices de analfabetismo absoluto ou funcional no país, de nossa população de jovens e adultos, essa gestão da extrema-direita adota como “solução” duas posturas. Por um lado, ela requeita discursos de tempos sombrios da nossa história política, de viés moralizante, meritocrático ao gosto neoliberal, e marcados pela indiferença quanto às condições materiais da esmagadora maioria da população brasileira, por outro, adota “soluções” com verniz importado, superficiais, sem escala nacional, com traços de nostalgia do passado ou de deslumbre com ações de outras geografias.

É sintomático o pressuposto equivocado de que partem na elaboração desse programa e de sua propaganda, segundo o qual seria preciso convencer essas pessoas das camadas populares de que é importante exercer certas práticas culturais decisivas para a vida em sociedade, tais como a escrita e a leitura. Eles “se esquecem” de que o problema não é da ordem do convencimento quanto à importância dessas práticas. Ninguém melhor do que as pessoas

⁴ Entre os especialistas brasileiros reconhecidos nacional e internacionalmente por suas pesquisas na área de alfabetização e letramento no país encontram-se Paulo Freire (1987), *Educação como prática da liberdade*; Magda Soares (1999) *Letramento: um tema em três gêneros*, e (2004): *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*; Maria do Rosario Longo Mortatti (2004): *Educação e letramento*, e (2019) *Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa*.

que foram alijadas de um direito para ter ciência quanto a isso e quanto ao impacto dessa falta em suas vidas.

Não se pode esperar que as pessoas se tornem leitoras, apenas com a reativação sem fim das mesmas propagandas que pregam em terra de convertidos ao reiterarem, até com um certo grau de cinismo, que ‘ler é bom’. Claro que é bom. Isso todos nós sabemos. Sabem disso sobretudo todos aqueles que não puderam se tornar leitores, no sentido pleno do termo, e que sofrem todo dia, na carne, as consequências dessa falta, em uma sociedade que discrimina seus cidadãos também em função de seus dotes culturais (CURCINO; AMARAL FANCIO, 2021, p. 24).

Com honrosas exceções em nossa história, muitos projetos e campanhas de promoção da leitura destinados à população brasileira, com a justificativa de fomentar essa prática especialmente junto às camadas populares, “esqueceram-se” de que nenhuma ação de promoção da leitura será efetiva e bem-sucedida se não forem enfrentados um conjunto mais amplo de necessidades de nossa população, se o incentivo a essa prática continuar ignorando, por imperícia ou por estratégia, as precárias condições materiais em que vivem a maior parte de nossa população. As disparidades socioculturais e econômicas em nosso país são um empecilho real, incontornável e duradouro, um verdadeiro abismo que separa aqueles que em sociedades como a nossa podem ou não vir a ser leitores⁵.

Não podendo não investir em educação, a gestão presidencial da extrema-direita, em nada comprometida com um ensino plural, humanista, crítico e emancipador política cultural e socialmente da população, privilegiando uma visão reacionária, ultraconservadora, tecnicista, meritocrática além de amadora, pseudocientífica e autoritária sobre a educação, abriu as portas do financiamento público a certos atores e segmentos privados e privatistas e militares e priorizou modelos teóricos “importados” na condução de sua agenda de ações de desmonte de conquistas recentes na educação.

Essas foram as linhas de força deste programa de iniciativa do Ministério da Educação, intitulado “Conta pra Mim” (BRASIL, 2019a) e engajado na promoção do que designaram prática de “literacia familiar”. Anunciado em 11 de abril de 2019, pelo então ministro Abraham Weintraub, no âmbito da Política Nacional de Alfabetização (PNA), o programa dizia fomentar uma série de condutas educacionais a serem assumidas pela família de modo a melhorarem a

⁵ Essa constatação já foi reiterada por vários pesquisadores que se dedicam à leitura no Brasil, tais como Paulo Freire (1968): A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica; Magda Soares (2001): As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto; Luzmara Curcino (2020): Infames e penetras no universo da leitura: princípios da arqueologia foucaultiana em uma análise de discursos sobre essa prática.

formação cultural de suas crianças, tanto aquelas ainda não escolarizadas quanto aquelas que já frequentavam a escola nos anos iniciais. A promoção da leitura foi a principal frente de ação anunciada pelo programa.

Para o seu lançamento, uma série de documentos e materiais foram produzidos, desde aqueles que tornam pública essa política de fomento à leitura, tais como o decreto de número 9.765 que institui a PNA e a portaria número 421, de 24 de abril de 2020 do MEC que regulamentou o “Conta pra Mim”.

Os materiais do programa foram disponibilizados prioritariamente no site criado para sua divulgação⁶, cujo acervo é constituído: 1) de um Guia de Literacia Familiar; 2) de uma Coleção de livros, sob a forma de e-books; e 3) de materiais de divulgação do programa.

Conforme Curcino e Amaral Fancio (2021) constataram, há um desencontro flagrante entre a representação das famílias para as quais o programa afirma se destinar e as famílias brasileiras propriamente ditas. Afinal, as campanhas de divulgação do “Conta pra Mim” ocorreram em *shoppings centers* das principais capitais brasileiras e todo o material para leitura foi disponibilizado prioritariamente no formato *online*. Para Gregolin (2021), a afirmação do programa de que ele se destina às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica é:

[...] questionável porque primeiro, o programa se dirige a uma família que tem computador com recursos de áudio e vídeo, com acesso à internet e equipado com outros acessórios como impressora, já que está disponível a versão para impressão dos materiais de leitura. Só essa característica já exclui 97% dos alunos mais pobres que, segundo a cifra da UNICEF, não têm computadores e acesso à internet (GREGOLIN, 2021, p. 84).

Ignora-se, assim, vários aspectos da realidade da maioria das famílias brasileiras, como o fato de:

[...] i) que os pais ou adultos responsáveis a quem se dirigem as ações do programa sejam alfabetizados e que disponham de um grau de letramento que lhes permita acessar todo esse material disponibilizado virtualmente no site do MEC de modo a poderem se dedicar às práticas ali sugeridas; ii) que as famílias sejam constituídas por mais de adulto responsável, quando sabemos que a maioria de nossas famílias é monoparental, com mulheres como provedoras da família, com duplicação ou triplicação de turnos e obrigações; iii) que estes adultos disponham de meios materiais para acessar virtualmente esses materiais (internet, computador, celular, impressora); iv) que disponham ainda de tempo, atributo essencial tanto para prover a atenção às necessidades básicas das crianças (alimentação, higiene, saúde, segurança) quanto

⁶Ver: Site do programa. Disponível em: <https://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>. Acesso em: 25 jan. 2023.

suficiente e de qualidade para realizar as ações previstas no Guia (CURCINO; AMARAL FANCIO, 2021, p. 29).

Esses esquecimentos estratégicos ou essa ignorância planejada quanto à realidade socioeconômica e material da maioria da população brasileira nortearam a elaboração desse programa, requentando, portanto, o que há de mais antigo e reproduzido sob a forma de ações, iniciativas, projetos e programas de fomento à leitura há mais de um século pelo Estado brasileiro.

Do conjunto de materiais que compõem o programa, neste trabalho, apresentamos a análise de uma dessas adaptações a partir da qual discutimos as representações da leitura e do leitor popular nela inscritas e que é ilustrativa dessa imagem compartilhada pelos elaboradores do programa acerca de seu público-alvo. Trata-se de um conto maravilhoso tradicional, antigo, popularmente conhecido, que dispõe de várias edições, traduções e adaptações no Brasil, a saber, a história de “João e Maria”, de autoria de Rosana Mont’Alvernee publicada em 2020 para a coleção do “Conta pra Mim”.

Para análise, tomamos como parâmetro comparativo para demonstrarmos as estratégias de adaptação da versão para o programa “Conta pra Mim” a versão adaptada mais consagrada desse conto tradicional, de autoria dos Irmãos Grimm, em sua tradução brasileira publicada em e-book pela Editora Cosac & Naify em 2014, com 96 páginas, contendo 16 contos⁷, entre os quais “João e Maria”, equivalente à edição impressa da coletânea intitulada “Contos maravilhosos infantis e domésticos de Jacob e Wilhelm Grimm”, publicada por esta mesma editora, em 2012. A coletânea conta com a tradução de Christine Röhrig e ilustrações do gravurista pernambucano J. Borges.

Nossa análise baseia-se principalmente em princípios teóricos da Análise do Discurso, da História e da Sociologia Cultural da leitura. Entre os princípios da Análise do Discurso, analisamos a materialidade do que foi enunciado considerando suas condições histórico-culturais de produção,

[...] que implicam nos perguntarmos quem fala, de onde fala, segundo que inscrição ideológica, de que posição discursiva. Mais do que reproduzir discursos validados e tornados consensos sociais sobre a leitura, é preciso sempre nos perguntarmos de onde partem e com que objetivos (CURCINO; AMARAL FANCIO, 2021, p. 25).

⁷Ver: <https://doceru.com/doc/1vcv8v8>. Acesso em: 04 fev. 2023.

Assim, procedemos a leitura atenta dos dois contos, o adaptado para o “Conta pra Mim” e o adaptado e publicado pela Cosac & Naify, identificando mudanças quanto à materialidade linguística e não linguística dos textos, e nos fazendo as perguntas citadas de modo a flagrar os efeitos possíveis visados com essas diferentes formas de revisitar e narrar um mesmo conto. É por meio da análise dessa materialidade que identificamos o funcionamento da “ordem discursiva”, segundo Foucault (2012), que implica o conjunto de injunções a enunciar e a enunciar de um modo e não de outro, em função da formação discursiva na qual se inscreve o sujeito e o que ele enuncia.

“João e Maria” em sua versão adaptada para o “Conta pra mim”

Excetuando o volume de adaptações de qualidade duvidosa que inundam o mercado editorial brasileiro, esse gênero editorial, destinado especialmente ao público infantil e jovem, é um tipo de produção cultural relevante e funcional, já amplamente aceito no campo literário nacional. As adaptações de clássicos para o público infantil e juvenil e as edições traduzidas para o português de obras infantis e juvenis estrangeiras encontram no Brasil, desde a primeira metade do século XX, um público crescente e promissor, em especial a partir dos anos 1970, quando ocorre uma significativa expansão de demanda e uma multiplicação de produções (LAJOLO; ZILBERMAN, 2007).

Tamanha é a circulação das adaptações que, muitas vezes, os clássicos infanto-juvenis são conhecidos entre nós mais por suas versões adaptadas do que pelo texto original. O entrave não é em relação ao fato de ser uma obra derivada de outra, mas sim a qualidade das adaptações e da intencionalidade de quem as adapta. Muitas adaptações são encomendadas, concebidas e realizadas a partir de uma visão ingênua ou miserabilista sobre o público leitor, ainda mais quando se pressupõe ser um público duplamente carente: seja por ser infantil, seja pela origem social popular.

Adaptações a partir de traduções de textos originais que tenham no horizonte uma imagem estereotipada do público leitor podem tornar ainda mais diversa a versão adaptada em relação à versão inicial do texto, distanciando-se em muitos aspectos e em várias dimensões de sua materialidade e revelando, com esse distanciamento, as crenças e impressões de seus responsáveis em relação ao público para o qual destinam essas adaptações:

- a) pode-se adequar seu léxico diante da inevitabilidade das mudanças linguísticas que transformam em arcaísmos as palavras antes correntes e que

o tempo se ocupou de envelhecer e de encomendar seu esquecimento; b) pode-se redimensionar sua extensão e tamanho diante de públicos que se creê disporem de menos tempo, menos fôlego, menos capacidade de concentração, seja em função de sua idade, seja em função de serem mais expostos a outras formas de narrativas mais breves, objetivas, dinâmicas e intensas e com as quais as longas narrativas em livro estabeleceriam uma concorrência mais desigual na disputa por sua atenção e interesse; c) pode-se adaptar seu gênero discursivo, ou seja, realizar mudanças significativas em sua construção composicional, em seu estilo verbal e/ou em seu conteúdo temático (BAKHTIN, 2000), de modo a fazer com que se assemelhe ao de gêneros mais familiares a leitores de segmentos muito distintos daquele para o qual a obra foi inicialmente escrita e concebida (OLIVEIRA; CURCINO; RODRÍGUEZ, 2021, p. 197).

Essas estratégias de adaptação podem, portanto, afetar a interpretação de uma narrativa clássica sobre as formas de apropriação e de compreensão visadas, enfim, sobre a formação cultural, crítica e humanística mediada pelas narrativas ficcionais adaptadas.

A versão do conto de fadas “João e Maria”, adaptada para o “Conta pra Mim” de Rosana Mont’Alvernee, com ilustrações de Vanessa Alexandre e edição de Marismar Borém, é um exemplo bastante emblemático da intensidade e do enviesamento das intervenções adaptatórias da narrativa original. A própria escolha do gênero dos textos disponibilizados para leitura, nesse programa, indicia uma concepção de público leitor bem delimitada e objetivos bastante específicos.

A opção por “contos de fada” que, de acordo com o programa, “são uma ótima forma de estimular a imaginação da criança, ao apresentá-la a um universo em que a coragem, a solidariedade e o perdão são as grandes armas dos heróis”, demonstra, por um lado, o apelo a textos com narrativas relativamente breves, de fantasia, de um passado distante, com referências culturais diversas ou imprecisas em relação às nossas, cujos cenários e situações narrados podem ser bastante alheios àqueles vividos e conhecidos pelos leitores, por outro, demonstra a apresentação idealizada e edulcorada das situações vividas pelas personagens da narrativa, o que torna a ficção ainda mais ficcional, ainda mais descolada de qualquer possibilidade de comparação e de compreensão do entorno concreto, do mundo social do público leitor.

Na própria indicação da seleção desse gênero, os documentos norteadores do programa confirmam seu objetivo apaziguador e moralizante, ao se valerem da propaganda de que com a leitura desses textos são transmitidos valores como “coragem”, “solidariedade” e “perdão”. Esse objetivo finalístico, funcional, que faz ler com um objetivo moralizante é uma das características mais condenadas por especialistas na formação de leitores e em grande medida

evitada em boa parte da produção literária de qualidade destinada ao público infantil hoje, preocupada com a qualidade estética e humanizadora da literatura.

Segundo Coelho (2000) e Lajolo e Zilberman (2007), as adaptações de obras literárias no Brasil, para cumprirem uma função pedagógica, suprimem das narrativas temas considerados inadequados para as crianças e jovens. Não sem razão, essas adaptações de tendência pedagogizante e de viés moralista expurgam temas “fraturantes” (GAMA-KHALIL, BORGES; OLIVEIRA; OLIVEIRA-IGUMA, 2022; RAMOS; FONSECA, 2015) que expõem as contradições humanas e que são considerados inadequados para esse público por aqueles que têm uma visão simplificadora e limitada da capacidade de crianças e jovens lidarem com temas considerados de difícil compreensão.

É o que testemunhamos com a narrativa adaptada do conto “João e Maria” para o “Conta pra Mim” (doravante V2) se comparado ao original traduzido (doravante V1). Há nele a estratégica supressão de temas “fraturantes” como a miséria extrema que condena pais a abandonarem seus filhos para não vê-los morrer de fome.

Sem sofrimentos ou asperezas: versões aligeiradas e leitores subestimados

“João e Maria” é dessas narrativas clássicas conhecidas por quase todos. Recolhida oralmente, conservada e popularizada por meio da versão escrita dos Irmãos Grimm, traduzida e adaptada para muitas línguas, essa história resiste ao tempo e transpõe fronteiras culturais as mais diversas. Sua duração e sua circulação se devem em muito pela capacidade de identificação que leitores de diferentes períodos históricos e de distintas origens culturais encontram nessa narrativa, com esses personagens, com seu drama e com a forma de sua superação. Como ocorre em geral em contos de fantasia, seus heróis são recompensados de seu sofrimento, em função de suas atitudes corajosas, em narrativas nas quais projetam uma transformação utópica da realidade plena de desafios, agruras e dificuldades.

As adaptações porque passaram este conto, ao longo da história, resultaram das representações coletivas sobre a infância de cada cultura e período. É em função de quem se imagina serem as crianças, de seus gostos, ou do que se imagina ser formativo, adequado, que se adaptam histórias como esta, prenhes dessas marcas de nosso tempo presente e de um contexto bem específico de nossa sociedade. Em sua materialidade, ela indicia as escolhas de um grupo responsável pela produção do texto, tendo em vista o que deve ser uma narrativa para o público infantil e o tipo de “serviço” ideológico que certas narrativas podem prestar para fins

políticos utilitaristas e moralistas.

Se compararmos o início da narrativa V1 com o início da V2, evidencia-se essa apropriação com finalidades utilitaristas e moralizantes:

Enunciado 1 – V1 - Diante de uma grande floresta vivia um **lenhador** que **não tinha nada para mastigar** nem para lascar e **mal conseguia o pão diário para alimentar a esposa e os dois filhos**, João e Maria. (RÖHRIG, 2014, p. 14, grifos nossos).

Enunciado 2 – V2 - Era uma vez dois irmãos: João e Maria. **Eles gostavam de passear pela floresta para colher flores**. Antes de saírem, **a mãe sempre trazia um punhado de pedrinhas brancas** e dizia: Levem e espalhem pelo caminho. Depois, voltem recolhendo as pedrinhas. Assim, não haverá perigo de vocês se perderem. **Vão com Deus!** (MONT'ALVERNEE, 2020, p. 3, grifos nossos).

É sensível, ao compararmos os primeiros enunciados das duas versões, o apagamento em V2 do tema da “fome”, da miséria ou penúria que pessoas de origem humilde, como um “lenhador”, podem enfrentar cotidianamente. O que na primeira versão havia de representação da dura realidade histórica, ou seja, o dilema do abandono de crianças à própria sorte motivado pela miséria e incapacidade dos pais de lhes prover alimento, “o pai mal conseguia o pão diário para alimentar a esposa e os dois filhos”, na segunda é substituído por uma vida idílica, sem miséria, com uma mãe zelosa, que “sempre trazia um punhado de pedrinhas [...]”, por se preocupar com a segurança das crianças, “Levem e espalhem pelo caminho. Assim, não haverá perigo de vocês se perderem.”. O advérbio “sempre” marca linguisticamente o caráter reiterativo da ação dessa mãe, indicativo de sua dedicação, atenção, zelo e preocupação com as crianças. Seu conselho aos filhos, com uso de diminutivo, é cheio de precauções.

Nesse início, mantém-se em comum apenas as personagens infantis, João e Maria, e o local onde a narrativa se passa, a floresta. A motivação da ida à floresta é outra. A prudência em marcar o caminho com pedras atribui-se a personagens distintas. Além disso, acrescenta-se à ação da personagem da mãe zelosa a exortação religiosa não presente na narrativa original, “Vão com Deus!”.

Talvez esse seja o principal indício da inscrição ideológica dessa adaptação V2 e de sua adequação às demandas do governo então em curso. Fez parte de sua agenda política, a ostentação de um conservadorismo comportamental misturado com fé e religião.

Somos apresentados a uma imagem bastante convencional e idealizada de papéis sociais do que é uma família, tal como o de “mãe”. Essa imagem romantizada não condiz com atitudes de muitos adultos em relação a seus filhos que, subjugados pela miséria ou obcecados pelo

excesso no caso de famílias abastadas, se tornam vetores de violência de todas as ordens, moral, física, sexual ou psicológica, em relação a crianças de seu entorno.

São distintas as representações das mães nessas duas versões do conto. Na V1, a mãe é quem toma a iniciativa de solicitar ao marido o abandono dos filhos na floresta. Na V2, a mãe providente e preocupada com o bem-estar dos filhos é quem incentiva o passeio e cuida para que voltem seguros da floresta.

Enunciado 3 – V1 - Ouça, marido, amanhã bem cedinho dê um pão às duas crianças e leve-as para o meio da floresta, onde a mata for mais espessa. Faça uma fogueira e vá embora deixando-as ali, porque não podemos mais alimentá-las”. “Não, mulher”, disse ele, “**não posso entregar meus próprios filhos queridos para serem devorados pelos animais selvagens da floresta.**” “**Se você não o fizer, morreremos todos de fome**”, disse a mulher, e não o deixou em paz até que **ele acabou dizendo sim** (RÖHRIG, 2014, p. 14, grifos nossos).

Enunciado 4 – V2 - Naquela manhã, porém, a mãe não encontrou as pedrinhas e entregou aos filhos um punhado de miolo de pão. **João e Maria se despediram da mãe e do pai e foram contentes pelo caminho, cantando, observando as árvores e o céu**, fazendo bolinhas com o miolo de pão... (MONT’ALVERNEE, 2020, p. 4, grifos nossos).

Em V1 a personagem é nomeada como “mulher”, enquanto em V2, é designada como “mãe”. A apresentação da esposa do lenhador, em V1, nos soa semelhante àquela de Eva, que induz Adão ao pecado. Ela é representada como alguém que toma a atitude de interpelar o marido e de lhe oferecer o conforto de ser a autora da “solução” drástica, mas necessária. Sua atitude nos obriga a vê-la, na atualidade, como uma mulher indiferente e insensível, que não nutriria nenhum afeto positivo pelos filhos.

Na V2 essas representações disfóricas de membros familiares são excluídas do enredo. A mãe das crianças é representada conforme o imaginário burguês que se consolida na Europa sobretudo a partir do século XIX, assemelhando-se a outra imagem de figura feminina arquetípica de nossa cultura ocidental cristã, Maria. Ela é representada como uma mulher atenta, cuidadosa e carinhosa com os filhos, e religiosa.

As narrativas se assemelham na descrição do que ocorre com as crianças uma vez que encontram a casa de doces e a bruxa, são aprisionadas por ela, conseguem se libertar e retornar para casa. O desfecho das duas versões, no entanto, apresenta algumas especificidades.

Enunciado 5 – V1 - A casa estava repleta de **pedras preciosas e de pérolas** e as crianças encheram **os bolsos** e encontraram o caminho de volta para casa. **O pai ficou muito feliz** ao revê-las, não tinha tido nenhum dia de alegria desde

que as crianças partiram e agora era um **homem rico**. **A mãe, porém, havia morrido** (RÖHRIG, 2014, p. 18, grifos nossos).

Enunciado 6 - V2 - “Estavam saindo da casa, quando viram um **enorme baú e encontraram um tesouro!** Encheram **dois sacos com moedas de ouro e com pedras preciosas** e correram floresta adentro. Em casa, **seus pais estavam** na cozinha, **chorando e rezando pelos filhos**, que se perderam. Ao entardecer, João e Maria chegaram cansados, mas felizes, e voaram no colo dos pais. **O encontro virou uma festa, com muitos beijos e abraços**. Logo depois, os **pais** encontraram os sacos jogados na porta da cozinha. Abrindos, ficaram admirados com toda aquela **riqueza** (MONT’ALVERNEE, 2020, p. 12-13, grifos nossos).

Ao deixarem a casa da bruxa e retornarem para casa, em ambas as narrativas, as crianças encontram objetos de valor que levam consigo. Na primeira versão são “pedras preciosas e pérolas”. Na segunda, um enorme baú com “dois sacos com moedas de ouro e com pedras preciosas”. Em V1, a mãe morreu e o pai ficou muito feliz com o retorno dos filhos e se tornou “um homem rico”. Em V2, o pai e a mãe estavam em casa, “chorando e rezando pelos filhos”, e os recebem então “com muitos beijos e abraços”. Além da referência mais abundante da recompensa, em V2, ambos os pais aguardam os filhos, ambos estão muito preocupados, ambos choram, mas especialmente ambos rezam.

Talvez, o aspecto mais marcante que diferencia a V1 da V2 seja o apagamento de temas “fraturantes”, considerados tabus, como “situações familiares de conflito, relações afetivas difíceis, o abandono parental, a violência doméstica, a morte, o divórcio, o adultério, a violência doméstica, as novas famílias” (RAMOS; FONSECA, 2015, p. 93). A supressão, em V2, do tema da miséria articulada ao perfil sociológico potencial do público para o qual o programa se destina, provoca algumas indagações: Por que suprimir a miséria ficcional para aqueles que a vivem cotidianamente?

A supressão de temas fraturantes evidencia a intencionalidade de seus formuladores. Colasanti (2020) chama de “poda selvagem” a adaptação dos contos e das lendas feitas pelo “Conta pra Mim”. Para Gregolin (2021, p. 84) “em todas as atividades envolvidas no programa obliteram-se as contradições, as exclusões e, de maneira similar às práticas de leitura do início do século XX, na Escola Republicana, esse “esquecimento” visa a manter a ordem desigual do nosso país”. Semelhante constatação pode ser feita quanto ao programa “Conta pra Mim”.

Algumas considerações

As adaptações de clássicos literários que compõem a coleção do programa estão marcadas pelas representações compartilhadas por seus idealizadores de quem são, e mais especificamente de como devem ser, os leitores para quem foram formuladas. Reforça-se a idealização da família burguesa segundo a moral cristã, cujos papéis e funções das personagens reiteram certas imagens do que é ser “mãe”. Há ainda o apagamento de temas “fraturantes”. Tal como observa Gregolin (2021, p. 84), “as adaptações eliminam controvérsias e contradições, suprimem conflitos e polêmicas a fim de transformar as narrativas em duelos do bem contra o mal”.

Além disso, com a escolha desses contos de fadas, com sua depuração de temas fraturantes, se faz uma recusa estratégica tanto de um rol de obras literárias premiadas, nacionais e contemporâneas, quanto dos avanços em pesquisas dedicadas à melhoria da formação do leitor infantil e juvenil no país.

Como sociedade, devemos nos mobilizar para evitar uso de recursos públicos com esse tipo de produção duvidosa e para demonstrar criticamente a baixa qualidade estética dessas produções e seus vieses ideológicos de instrumentalização da família, da religião, mas sobretudo da literatura.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização **Política Nacional de Alfabetização: PNA**. Brasília: MEC, SEALF, 2019a. Disponível em http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. Decreto n. 9.765, de 11 de abril de 2019b. Institui a Política Nacional de Alfabetização. **Diário Oficial da União**. Brasília, ed. 70-A. seção: 1, extra, p. 15, 11 abr. 2019b. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9765.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020: institui o Conta pra Mim, programa de literacia familiar do Governo Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, nº 78, p. 181, 24 abr. 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-421-de-23-de-abril-de-2020-253758595>. Acesso em: 27 set. 2021.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria-análise-didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

COLASANTI, Marina. Não conta pra mim. **Marina Colassanti**. Disponível em: <https://www.marinacolasanti.com/2020/10/nao-counta-pramim.html?m=1>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CURCINO, Luzmara; AMARAL FANCIO, Adriana. Cícera. De novo essa mesma história... uma análise de representações do leitor popular no programa 'Conta pra mim'. **Linha Mestra**, Campinas, n. 45, p. 23-33, set./dez. 2022. Disponível em: <https://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/898/859>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem dos discursos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2012.

GAMA-KHALIL, Marisa Martins; BORGES, Lilliân Alves; OLIVEIRA-IGUMA Andréia de. **“Espiar pra dentro”**: os temas fraturantes e a reelaboração dos sujeitos. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2022.

GREGOLIN, Maria do Rosario. Oh, bendito o que semeia livros, livros a mão cheia! Letramento, pandemia e exclusões sociais no Brasil. **Heterotópica**, v. 3; n. 1, p. 64-89, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59032>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LAJOLO, Marisa. ZILBERNAM, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

MONT'ALVERNEE, Rosana. **João e Maria**. Brasília: MEC: Sealf, 2020. (Coleção Conta pra Mim).

OLIVEIRA, Jessica de; CURCINO, Luzmara; RODRÍGUEZ, Marta Neira. Dom Quixote e sua saga editorial: uma análise comparada de adaptações galegas e brasileiras para o público infantil. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 57, p. 195-214, jan./jun. 2021. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/63727>. Acesso em: 4 mar. 2023.

RAMOS, Ana Margarida.; FONSECA, Ana. Daniela. Tendências da literatura juvenil contemporânea: os temas fraturantes na obra de Ana Saldanha. **LITERARTES**, n. 4, p. 89-106, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/literartes/article/view/89312/107522>. Acesso em: 6 mar. 2023.

RÖHRIG, Christine. **Coletânea contos maravilhosos infantis e domésticos de Jacob e Wilhelm Grimm**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

Sobre as autoras

Adriana Cícera Amaral Fancio: graduada em Licenciatura Plena em Letras - Português e Inglês pela Fundação Educacional de Fernandópolis também é graduada em Pedagogia. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, São Paulo. Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, SP, sob a orientação da Profa. Dra. Luzmara Curcino coordenadora do LIRE - Laboratório de Estudos da Leitura. Desde 2020 é membro -pesquisadora do grupo LIRE, cujas pesquisas são sobre as representações acerca da leitura e do(a) leitor(a) brasileiro(a), sob os princípios teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa e da História Cultural da Leitura.
E-mail: adriana.cicera@hotmail.com

Luzmara Curcino: graduada em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia (2001), mestre (2003) e doutora (2006) em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCLAr), com estágio de doutorado, em 2005, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESP/Paris). Realizou pós-doutorado na UNICAMP, de 07/2016 a 07/2017, e na Universidade de Versalhes Saint Quentin em Yvelines - UVSQY/Versalhes/Paris, de 08/2017 a 01/2018. Financiadas parcial ou integralmente pelo CNPq, pela CAPES ou pela FAPESP, dedica-se a pesquisas em análise de discursos sobre a leitura e sobre o leitor brasileiro. Atualmente desenvolve projeto sobre as emoções em discursos sobre a leitura. Atuou como professora visitante na Universidade de Buenos Aires (2016) e pesquisadora no Centro de História Cultural das Sociedades Contemporâneas na Universidade de

Versalhes Saint Quentin em Yvelines em 2017-2028. É professora associada no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos, com atuação nos cursos de Licenciatura em Letras e Bacharelado em Linguística e nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar, orientando pesquisas nas linhas de "Ensino e Aprendizagem de Línguas" e de "Linguagem e Discurso". Atua, no momento, na vice coordenação do Programa. Coordena o LIRE - Laboratório de estudos da Leitura, desde 2009.

E-mail: luzcf@hotmail.com

Recebido em: 31 ago. 2023

Aprovado em: 03 abr. 2024